



REVISTA

Cadernos de Educação

FaE | PPGE | UFPel

DOSSIÊ | Narrativas (Auto)Biográficas em Processos Formativos

Do batidão à marginalização: o funk na fronteira do preconceito e da construção de identidades juvenis no processo educacional

From beat to marginalization: funk on the frontier of prejudice and the construction of youth identities in the educational process

Del ritmo a la marginalización: el funk en la frontera del prejuicio y la construcción de identidades juveniles en el proceso educativo

Ana Flávia Pereira Cesário
Daniel Teixeira Maldonado

RESUMO

O presente trabalho busca dialogar de modo memorial minha trajetória na educação básica e como ela se relaciona com o apagamento do funk, estilo que, embora tão importante e representativo para os(as) jovens, ainda sofre grande criminalização, principalmente por parte das escolas. Em minha pesquisa busco em que contexto se dá a criminalização e o porquê desse preconceito nesses mais de 40 anos da chegada do funk ao Brasil, problematizando a forma dessas questões no cotidiano escolar, principalmente pelo racismo estrutural em nossa sociedade. Assim, neste trabalho procuro mostrar os elementos de resistência e transgressão que apontam para a transformação social da população preta no Brasil. Defendo também a importância das manifestações da cultura corporal marginalizadas em espaços educacionais, especialmente nas universidades, onde conheci o funk de maneira formalizada e reconheci sua relevância no contexto educativo.

Palavras-chave: funk; criminalização; racismo; identidade.

ABSTRACT

This work seeks to memorialize my journey in basic education and how it relates to the erasure of funk, a style that, although so important and representative for young people, still suffers widespread criminalization, especially by schools. In my research, I explore the context in which this criminalization occurs and why this prejudice has occurred more than 40 years after funk's arrival in Brazil. I problematize how these issues emerge in everyday school life, primarily due to the structural racism in our society. Thus, in this work, I seek to demonstrate the elements of resistance and transgression that point to the social

transformation of the Black population in Brazil. I also defend the importance of marginalized manifestations of body culture in educational spaces, especially in universities, where I had the opportunity to experience funk in a formalized manner and recognized its relevance in the educational context.

Keywords: funk; criminalization; racism; identity.

RESUMEN

Este trabajo busca conmemorar mi trayectoria en la educación básica y su relación con la ocultación del funk, un estilo que, si bien es tan importante y representativo para los jóvenes, aún sufre una criminalización generalizada, especialmente en las escuelas. En mi investigación, exploro el contexto en el que se produce esta criminalización y por qué este prejuicio se ha producido en los más de 40 años transcurridos desde la llegada del funk a Brasil. Problemático cómo estos problemas emergen en la vida escolar cotidiana, principalmente debido al racismo estructural actual en nuestra sociedad. Así, en este trabajo, busco demostrar los elementos de resistencia y transgresión que apuntan a la transformación social de la población negra en Brasil. También defiende la importancia de las manifestaciones marginalizadas de la cultura corporal en los espacios educativos, especialmente en las universidades, donde tuve la oportunidad de experimentar el funk de manera formal y reconocí su relevancia en el contexto educativo.

Palabras clave: funk; criminalización; racismo; identidad.

Introdução

O ritmo, as músicas e os(as) cantores(as) de funk eram sempre silenciados(as), não só em minha casa, mas também nos espaços escolares que frequentei, fazendo-me frequentemente questionar “em que lugar eu me encaixo”. Diversos momentos ouvindo batidão ou a nova do “Mc Lan” com colegas na saída na escola me faziam sentir alguém mais incluído naquele ciclo social, embora, ao adentrar minha residência, a música no fone de ouvido se abaixava, sendo substituída por algum rock ou qualquer outro ritmo mais aceito socialmente.

Dialogar sobre como o funk entra na estrutura social com esse olhar criminalizado é o que me possibilita entender por que essa manifestação cultural ainda é marginalizada e vista com preconceito e discriminação. A partir da dissertação de mestrado de Juliana Bragança, em que a autora faz uma leitura acerca das manchetes de jornal do início dos anos 1990, passo a entender como a mídia da época produziu o preconceito em torno do funk.

Trazer as letras dessa manifestação cultural para uma relação com os temas deste trabalho propiciará conexões profundas entre minha vivência pessoal e as questões sociais que permeiam cada música. Ao relacionar as batidas com minhas experiências e reflexões, busco trazer as complexidades e objetivos implícitos do funk, mostrando não apenas sua riqueza cultural, mas também os desafios enfrentados por aqueles(as) que utilizam o estilo musical como forma de expressão e resistência.

Nesse contexto, construiu-se a investigação com base no livro *“Escrivivência: a escrita de nós”*, no qual Duarte e Nunes (2020) refletem sobre a obra de Conceição Evaristo, apontando a importância dos textos produzidos por mulheres negras, pois carregam história de dor, luta e muitas resistências. Assim, compreendo essa escrita como espaço de elaboração de memórias, vivências e marcas sobre minha formação, mais do que relatando experiências: revivendo esses momentos, mas agora me reconhecendo.

Também analiso o livro *“Cartas a Cristina”* de Paulo Freire, principalmente quando o patrono da educação brasileira apresenta suas memórias e como essas experiências ajudam a pensar e repensar o passado, pois ele é imutável. No entanto, ao refletir sobre as lembranças, enxerga novas perspectivas para o que aconteceu, o que tem acontecido e ainda acontecerá (Freire, 2019).

Em uma das cartas do livro, Paulo Freire relembra um estudante da periferia de Recife e ao ver sua aparência se enxerga na criança. Quando penso nas escritas do autor, reflito sobre a produção desta pesquisa, principalmente por me enxergar em tantas identidades construídas pelas crianças nas escolas, tanto de apagamento quanto de pertencimento. Se naqueles tempos de estudante não entendia o que acontecia, ao repassar minhas memórias vejo como as discriminações que sofri foram fruto de preconceito ao funk e à cultura periférica.

O funk embora presente e importante para grande parte da juventude, ainda hoje, passados mais de 40 anos de sua chegada no Brasil, se mostra criminalizado e esquecido como parte da cultura preta, até mesmo em espaços de educação como as instituições federais de ensino. Todavia, a partir de uma aula da disciplina Fundamentos teóricos e práticos do ensino-aprendizagem da Educação Física, no curso de Licenciatura em Pedagogia no IFSP – campus Jacareí, eu entendi como essa prática corporal deveria estar presente e ser

discutida enquanto manifestação da cultura negra marginalizada, assim como a capoeira e o hip-hop, sendo inserido em todo ambiente educacional.

Portanto, investigou-se a história da discriminação do funk e como esse fenômeno ocorre no ambiente escolar, visando analisar como esses preconceitos afetam os(as) jovens. Também pretendo evidenciar a importância do funk na formação da identidade juvenil, conectando essas questões à minha própria experiência.

A história começou assim

Em qualquer período da minha vida, escutar o início da canção *Os Muleke é liso*, do MC Rodolfinho, me fazia viajar no tempo, mais especificamente para 2014, pois esse momento me remete muitas lembranças, mas entre elas a principal seria o nascimento da minha história com o funk.

Eu tinha 11 anos e, até então, meu gosto musical era moldado pelo que se ouvia em casa, bandas como *Guns N' Roses* e *Queen*, além de clássicos do rock nacional como Legião Urbana e Engenheiros do Hawaii. Não que seja problema repertório musical plural, ao contrário, mas importa conhecer músicas que nos conectem mais com nossa realidade na sociedade.

Na escola, sempre observava pequenos grupos de estudantes que seguiam estilo característico. Usavam roupas “de marca” compradas no camelô da cidade e tênis inspirados nos modelos mais caros. Assim, além da estética, um outro elemento era muito presente: o funk. Não mais aquele funk carioca com batidas populares e letras românticas, mas o estilo ostentação, que dominava a cena. As letras falavam sobre consumo, roupas caras, carros e motos de luxo, o que fazia muita gente enxergar o gênero como exaltação ao capitalismo. Todavia, sem saber que essa discussão era tão aprofundada, o que acontecia de fato era que os(as) jovens ouvintes dessas músicas encontravam nos trechos delas entendimento de que trabalhar era a possibilidade deles(as) acessarem esses bens materiais, sonho cada vez mais difícil nas premissas trabalhistas flexíveis e individualistas contemporâneas.

O funk ostentação, saliente-se, anuncia e vende em seu discurso o que chamamos de uma falsa promessa de inclusão e

status social, que, segundo as composições, poderiam ser conquistados justamente pelo conjunto dos objetos de luxo e das marcas famosas (Constante; Schmidt, 2017, p. 28).

Na canção “*Angra dos reis*”, de MC Daleste, o funkeiro enfatiza o estilo de vida que gostaria de adotar.

*"Tô sem juízo, pois é, de Rolex europeu
Depois que eu gastei 10 mil, perguntaram quem sou eu
Eu sou Daleste, cheguei, mas tô saindo fora
Vim chamar as tops, vem, mas só se for agora
Angra dos Reis, 40 graus, eu quero baile funk
De 1100, rolê vai adiante (...)" – (Angra dos reis – MC Daleste, 2014)*

A citação acima de Constante e Schmidt e o trecho da canção de Daleste conflitam, pois enquanto o autor e a autora criticam o estilo musical, o funkeiro encontra maneira de atingir um grupo com suas letras. Entretanto, devemos nos perguntar, essa ideia cria identidade ou nos tira da realidade?

Essa indagação se torna complexa de ser respondida, pois esse estilo de funk produz compreensões relacionadas com as duas perspectivas. Por um lado, é possível entender que o funk com essa ideia de “ostentação” se torna símbolo de resistência para jovens periféricos, já que agora eles(as) compartilham a ideia de que não serão excluídos(as) da sociedade, pois “possuem” os mesmos bens da classe dominante. Nesse cenário, na mesma canção citada, Daleste faz afirmação inusitada que nos levanta essa questão - *Depois que eu gastei 10 mil, perguntaram quem sou eu*”. Seria esse o pensamento compartilhado por uma geração, que achava que por meio de bens estaria em harmonia com a classe média e alta?

Bourdieu (2001) afirma que o capital simbólico é algo construído pela honra e prestígio de um grupo social ou indivíduo e pode ser conquistado a partir de capitais econômicos, culturais e sociais. Por meio da ostentação, os(as) jovens encontram meios de possuir capital simbólico, já que a riqueza se transforma em simbologia, para que, por meio dela, se obtenha reconhecimento e status social para a classe dirigente.

Por outro lado, essa ideia tem a possibilidade de tirar os(as) jovens da realidade, principalmente porque o consumo pode trazer a exaltação social, mas acaba camuflando algo bem mais complexo: as estruturas sociais e as

desigualdades produzidas pelo sistema capitalista. Esse pensamento faz uma parcela da juventude acreditar que basta seu esforço individual para superar os desafios e complexidades da desigualdade social na periferia.

Pelo que analisava e vivia, dentro e fora de sala de aula, começava a entender que minha realidade na escola era uma e na comunidade outra, não o que Humberto Gessinger e Renato Russo narravam, pois o funk para mim começava a fazer sentido.

Quer conhecer o fluxo, deixa que a gente mostra

Conheci os grupos de funk aos poucos, pelas meninas, pois elas mostravam as músicas, discutiam a nova moda, entre outras questões, sendo que essas conversas informais aconteciam no portão da escola e no pátio antes da entrada; mas ao entrar na sala de aula, os olhares dos(as) professores(as) já eram de julgamento, pois os(as) estudantes escutavam os diálogos deles(as) nos corredores sobre como aquela cultura poderia ser considerada pobre e era muito melhor na década de 1980 e 1990, com as músicas que ouviam, os rocks nacionais. Esse preconceito me leva a pensar como o funk chegou a tantos ambientes.

Essa manifestação cultural foi criada nos Estados Unidos nos anos 1950, mas só chega ao Brasil na década de 1970 durante a ditadura militar. Nesses tempos o funk foi considerado reprodução dos bailes estadunidenses na zona norte do Rio de Janeiro. Na década de 1980 foi tomando suas raízes brasileiras, pois nessa época o DJ Marlboro introduziu nas músicas bateria eletrônica. Em 1989 o funkeiro lançou seu primeiro álbum, “*Funk Brasil*”, no qual abordava letras e melodias características do nosso país. Assim, nesse período, o funk passava a ser consumido pelas periferias do Rio de Janeiro, e jovens se reuniam nos fins de semana para *curtir* o baile, como ainda ocorre atualmente. No entanto, o preconceito com esse movimento só crescia e grande parte dos jornais da época começaram a associar arrastões ocorridos com os bailes e festas com pessoas envolvidas nessa cultura (Bragança, 2017).

A cobertura midiática colaborou muito para esse processo no referido contexto histórico. Exemplo disso é o Jornal do Brasil que se referia aos jovens como “pivetes”, “pobres” e “suburbanos”. Nesse cenário, a polícia partia do

princípio de que todo pobre era suspeito e começava a realizar “ações preventivas” para combater aqueles(as) que chamavam de “ratos de praia”. Acompanhado desse preconceito, vinha a ideia de que os(as) adolescentes residentes em lugares como Morro do Cantagalo e do Pavão, no Rio de Janeiro, não podiam frequentar as praias para não as “suja-rem”. Segundo Bragança (2017), foi por meio dessas notícias que se começou a disseminar o discurso sobre a existência de lugar do pobre para vivenciar suas manifestações culturais, pois eles(as) eram excluídos(as) de frequentar espaços específicos onde a classe mais rica sempre estava presente, retirando seu direito de ir e vir.

Vale destacar que Bragança fez recorte tratando da criminalização do funk e seus movimentos na década de 1990, mas, diante do apresentado pela autora, pode-se facilmente lembrar “meme” que circulava na época em que eu estudava no ensino fundamental. No vídeo, reportagem da Uol¹ de 2014, o autor do texto, Rodrigo Bertolotto, entrevistou alguns(mas) jovens, que se reuniram no Parque Ibirapuera em São Paulo, sobre “rolezinho”. Ao responder as indagações, os(as) adolescentes falam de relacionamentos e amizades, mas em certo momento da entrevista eles(as) contam que foram expulsos(as) de diversos *shoppings* da cidade de São Paulo com o pretexto de que se continuassem a frequentar esses lugares começariam a ocorrer arrastões.

Essa lembrança me faz pensar que mesmo passados mais de 20 anos, a associação de funk com roubos e badernas ainda ocorre, se antes só no Rio de Janeiro, naquele momento também em São Paulo. Assim, indago, como essa realidade influencia a visão do funk nas escolas?

A escola estadual em que estudei, na Vila Machado-Jacareí, na região do Jardim Emília, possui comunidades como a do Mississippi e Vila Itá 2, sendo que até 2013 abrigava também a comunidade Bananal. Os(As) estudantes dessa instituição escolar que moravam nesse território eram totalmente influenciados pela cultura do funk e isso obviamente chegava às salas de aula.

Nesse contexto, os discursos dos(das) professores(as) apontavam como aquela cultura seria “ruim” e que os(as) jovens deveriam parar de escutar essas músicas para diminuir o que os(as) adolescentes apreciavam. Educadores(as) começaram até promover a leitura de canções populares brasileiras clássicas e

¹ Disponível em: <https://youtu.be/sEJnOQKDfXU?si=LaQBt6Nra0tKZSxE>

paródias com temas geográficos, mas os(as) educandos(as) não poderiam usar funks para compor essas atividades, pois, segundo os(as) docentes, assim elevariam o nível cultural da juventude, marginalizando manifestação popular que crescia e produzia identificação juvenil.

Além dessas atividades, em 2013 a escola também participou do programa “Proerd²”, que dizia ter o intuito de combater o uso de drogas, mas a inserção de policiais militares na unidade escolar só fez os(as) estudantes se sentirem oprimidos(as) e silenciados(as), pois muitas canções que ouviam e cantavam não eram mais escutadas nos intervalos.

Embora tentassem apagar o funk no ambiente escolar do bairro, do portão para fora os(as) adolescentes se reuniam e ouviam os funks mais tocados. Com essa manifestação cultural em alta era comum a cada semana surgir um MC ou música que tocava mais do que qualquer outra em todos os lugares do território.

Marginal, maldito movimento

*“(...) Misterioso, malvado, me mostrou malandros malandriados
Maioral, melhores momentos
Marginal, maldito movimento
Melodia, memória mó mensageiro
Malicioso, mantimento mantemo
Mafioso moderno, mal-humorado, mó mistério
Mercadoria milagrosa, máfia monstra, milícia, milhões manobra (...)” (Mundo M - MC Lon, 2018)*

Grande parte do preconceito associado ao funk nessa época em que estudava, principalmente por parte das famílias dos(as) estudantes, vinha da ideia de que os(as) funkeiros(as) estavam ligados(as) com organizações criminosas. Entre 2010 e 2013, na grande São Paulo e Baixada Santista, cinco cantores foram mortos em shows ou na saída das suas apresentações, mortes que até o ano de 2025 não foram investigadas. Mc Felipe Boladão foi assassinado em 2010, em seguida Mc Duda do Marapé em 2011, Mc Primo e Mc Careca em 2012 e, por fim, em 2013 Mc Daleste³. Após a morte deste artista, grande parte dos(as) adolescentes que frequentavam a escola sofreram, choraram. Lembro-me de escritos nas portas dos banheiros enunciando “Eterno

² O Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) é um programa desenvolvido pela Polícia Militar para crianças para prevenir o uso de drogas.

³ Informações disponíveis em: <https://kondzilla.com/a-onda-de-assassinatos-dos-mcs-no-comeco-dos-anos-2010/>

Daleste”, assim como nas mesas, cadeiras e até nas paredes das salas de aula. O impacto daquele funkeiro nos(as) educandos(as) foi imenso.

Apesar de então atravessarmos momento importante, outros eventos tomaram lugar daquele acontecimento. Estudantes e adultos que tinham estudado naquela instituição escolar começaram a se envolver com o tráfico no bairro e não demorou para que eles fossem assassinados, alguns naqueles mesmos anos e depois, corroborando para que grande parte dos(as) professores(as) e funcionários(as) da escola associassem com mais intensidade o funk ao crime, e o crime ao apagamento da identidade dos(as) jovens.

Além de tudo que ocorria no ambiente escolar, ao chegar em casa ouvia sempre dos meus responsáveis que não queriam que eu e minha irmã ouvíssemos funk ou nos envolvêssemos com participantes no movimento funkeiro, pois não desejavam que tivéssemos qualquer ligação com funk ou crime. Esse movimento e ideia vinda dos(as) adultos(as) da minha família fez-me silenciar essa manifestação cultural na minha vida e voltar a ouvir qualquer outro tipo de música mais socialmente aceita.

Ao longo dos anos finais do ensino fundamental, a criminalidade e o envolvimento com o tráfico de entorpecentes tornaram-se algo recorrente em minha escola. Muitos(as) professores(as) solicitaram licença, e estudantes passaram a portar e comercializar substâncias ilícitas no ambiente escolar. Diante desse cenário, meus pais procuraram alternativas para eu sair da escola, considerando unidades escolares em outros bairros. Contudo, o maior objetivo deles era que eu fosse aprovada em instituições como a Escola Técnica Estadual (ETEC) e o IFSP de Jacareí, pois, além de garantir uma inserção em novos grupos estudantis, essas escolas ofertariam formação profissional, o nível máximo de escolarização que eu poderia ter naquele momento.

Sempre em cima do muro

Em janeiro de 2018 minha família alegrou-se porque eu passara ao ensino médio integrado ao técnico em Administração no IFSP, e logo depois fui aprovada para estudar na ETEC. Foi gratificante para mim estar nesse lugar, principalmente porque escolhera o Instituto Federal. Lembro-me como se fosse ontem quando fui estudar nessa instituição, pois as paredes estavam sem

desenhos, banheiros sem portas escritas, professores(as) sempre presentes, tanto para ministrar aulas quanto atender eventuais dúvidas, entre outros contrastes com minha antiga escola.

Dentre as diversas diferenças entre o IFSP e a unidade escolar estadual, o que me chamava atenção eram os(as) estudantes, pois parte da sala vinha de escolas particulares, bairros bons. Muitos(as) não sabiam nem pegar ônibus. Isso evidenciava o abismo social entre a minha história e de meus(minhas) colegas. Como a prioridade de grande parte da sala era estudar, tirar boas notas e ingressar em grandes universidades, não se observava os(as) jovens escutando músicas altas e, nos raros momentos em que isso acontecia, o ritmo não era o funk. Tampouco havia problemas com o tráfego naquele ambiente. Muitas discussões eram levantadas, mas poucas relacionadas às culturas marginalizadas, pois muitos(as) professores(as) tinham a meta de nos fazer passar no vestibular.

Após tudo o que vivi nos últimos anos do ensino fundamental, minha relação com o funk no ensino médio praticamente inexistia. Ouvia pouco e, ao entrar em instituição de classe média, percebi que poucos dos meus(minhas) amigos(as) tinham essa vivência. Contudo, havia colega bem conectada com o funk. Eu, por outro lado, quando ouvia, fazia isso escondida, tentando passar a imagem de alguém mais "inteligente", assim como o restante da turma. Para não me expor, dizia que só ouvia rock ou pop – porém, no fundo, queria ser eu mesma, viver minha verdadeira identidade.⁴

Durante minha vivência na última etapa da educação básica no IFSP, temas como questões raciais e pautas LGBTQIAPN+ foram debatidos, mas as expressões culturais da periferia, como o funk, permaneceram à margem das discussões. Isso me fez questionar: essa instituição estaria realmente comprometida em valorizar e incluir a cultura de todo seu público? O que levaria a essa desvalorização seria novamente a criminalização histórica do funk?

O funk possui diversos subgêneros, como o proibidão, ostentação, consciente, erótico, relato, entre outros. Nesses estilos, principalmente no proibidão, podemos ver fortemente a presença de mulheres, assim como é relatado no livro *“Funk Delas”* de Michelle Miranda (2024). Na obra é abordado

⁴ Para Stuart Hall (2006) a identidade é volátil e pode ser moldada: para ele o sujeito é definido pelo período e pelos processos dos tempos e lugares que habita.

sobre de que modo funkeiras (Mc Ludmila, Mc Tati Quebra Barraco e Mc Carol), ao tomarem o microfone, passam de representadas a protagonistas no movimento.

Assim, o funk se estabelece como território pedagógico-político, no qual questões de gênero e raça não são apenas representadas, mas vividas e transformadas em potência discursiva. Trabalhar com essa temática na educação básica do Instituto Federal de Jacareí poderia ensejar estudos sobre a potencialidade do funk em movimentos de mulheres, dentre outros grupos oprimidos e marginalizados no sistema capitalista.

A sociedade desvaloriza a gente

Após o ensino médio, minha meta, assim como de grande parte da turma, era ingressar no ensino superior, e assim me engajei para conquistar esse sonho. Primeiramente cursei um mês de Tecnólogo em Logística na Faculdade de Tecnologia (FATEC) em São José dos Campos e, em seguida, dois semestres de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) no IFSP - Jacareí. Enquanto cursava ADS, fui instrutora de programação, o que me deu vontade de seguir para a área da educação e, após essa experiência, pedi transferência para o curso de Licenciatura em Pedagogia no mesmo campus, ingressando nele em janeiro de 2022.

Ao entrar na formação de professores(as) minha visão sobre educação divergia do que venho moldando hoje, pois acreditava estar na sala para despejar todo o conhecimento no(a) estudante, que seria apenas mero(a) ouvinte e aprendiz. No decorrer do curso tive muitas ideias desconstruídas a partir de diversas aulas, o que se refletiu nas minhas práticas. No mês de ingresso na Pedagogia, comecei também meu primeiro estágio remunerado em escola municipal de Jacareí e, embora minha função fosse acompanhar estudante com necessidades educacionais específicas, o que eu mais tive foi contato com o restante dos(as) educandos(as) da classe.

Alguns(mas) eram do mesmo bairro que eu, outros(as) de territórios próximos da escola, mas em todos esses lugares o funk era muito presente, tanto em bailes de rua, chamados de “fluxo”, nas chamadas adegas, nas unidades escolares de ensino médio e até mesmo em automóveis com caixas

de som. Diante do que viam e viviam, os(as) estudantes tinham latente o funk nas suas vidas, pois em muitos momentos observava como cantavam na sala de aula ou desejavam os objetos de consumo evidenciados nas músicas dessa manifestação cultural, como carros e motos. Em meio a tudo que analisava, começou a desconstrução do meu preconceito formado na adolescência contra o funk, dando lugar para que ouvisse e entendesse como as batidas dessas canções importavam para as crianças.

Embora fosse essa a realidade dos(as) pequenos(as), a escola em questão nunca se propunha a compreender a cultura dos(as) estudantes, as músicas que queriam ouvir em sala ou apresentações, e logo caíam na mesmice que eu vivera faz quase dez anos. O uso de músicas pop americanas era mais forte, mesmo que muitas dessas manifestações artísticas tivessem as traduções com letras muito mais pesadas que o próprio funk.

E assim o preconceito com o funk se seguiu, já que quando entrei em outro estágio, dessa vez no Sesi de Jacareí, percebi que esse gênero musical era muito forte entre os(as) educandos(as) dos anos iniciais do ensino fundamental e, por mais que gostassem dessa manifestação cultural, como eles(as) tinham suas apostilas com conteúdo determinados e uma fiscalização rigorosa para cumprir todas as tarefas solicitadas pela escola, seria difícil trabalhar com essa prática corporal naquele contexto. Essa realidade se agravava porque os(as) docentes se recusavam a problematizar esse tema.

Embora existisse discurso elitista entre os(as) professores(as), um deles, o professor de Educação Física, se propôs a apresentar o funk brasileiro como uma das danças do Brasil, mas logo escutou comentários negativos da pedagoga regente e de alguns(mas) estudantes da sala - todavia, muitas crianças também dançaram, riram e se sentiram “em casa”.

No período em que estive nessa escola, algumas discussões surgiram com um amigo do estágio sobre o funk, como ele se manifestava entre os(as) educandos(as) e era silenciado para os(as) educadores(as). Festas de fim de ano foram realizadas, piqueniques, carnaval, dia das crianças, entre outras festividades populares, nenhuma com menção ao funk.

Durante minha formação em Pedagogia participei também do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em escola do bairro Bandeira Branca em Jacareí – SP, e nessa região o funk se faz muito presente,

mas novamente nenhuma proposta para tematizar essa manifestação cultural por parte da escola, pois ainda era mal-vista entre os(as) educadores(as).

A partir dessa vivência, pude perceber como a escola marginaliza culturas periféricas, não apenas o funk, mas qualquer conhecimento vindo da periferia. Gomes (2012) afirma como o currículo brasileiro se pauta bastante em questões e problemas europeus. Assim, mesmo a lei 10.639 (Brasil, 2003) obrigando a problematização das culturas africanas e afro-brasileiras nas instituições escolares, seria preciso quebrar a ideia dessa visão eurocêntrica construída ao longo da escolarização no contexto brasileiro. Segundo a autora, os(as) docentes precisam construir prática político-pedagógica que naturalize as diferenças culturais sem distinção entre o “mais aceito” ou “mais diferente” para modificar essa realidade.

É som de preto, de favelado

Ao analisar como o funk era apagado nas instituições escolares me deparei com leis e falas de políticos aludindo a preconceito com essa manifestação cultural. Diante desse cenário, foi encontrada lei de 2025 que proíbe o uso do funk em escolas municipais de determinada cidade.

Em janeiro de 2025, a Prefeitura de Carmo do Rio Claro, Minas Gerais, publicou o decreto nº 5.905/2025, que proíbe a execução de músicas do gênero funk e outras com conteúdo considerado impróprio nas escolas municipais e em eventos destinados a crianças e adolescentes. As autoridades municipais justificaram essa medida com base na necessidade de preservar o desenvolvimento moral dos(as) estudantes e “protegê-los(as)” de conteúdos que promovam “apologia ao crime, uso de drogas, violência, linguagem obscena ou conteúdo pornográfico”.

O prefeito Filipe Carielo (PSD), em entrevista⁵ ao Jornal da Band, afirmou que essa medida visa “cortar pela raiz” o consumo de músicas que não agreguem na formação dos(as) educandos(as), mencionando que essa decisão acarretará mudanças positivas para o ambiente escolar.

⁵ Disponível em: <https://www.band.com.br/bandnews-fm/noticias/prefeito-proibe-funk-em-escolas-e-em-veiculos-da-carreta-furacao-202501152040>

Embora Carmo do Rio Claro se encontre a aproximadamente 400km de Jacareí – São Paulo, cidade objeto de estudo deste trabalho, evidencia-se a discriminação com esse gênero musical também nesse território. Em meus estágios, dentre tantos preconceitos que vivenciei, muitas das situações remetiam ao estilo musical mais latente nas crianças, e em algumas regiões o funk era mais presente. A sala de aula se orienta pela cultura e pensamentos da professora regente, sendo que essas educadoras, muitas vezes, com formação superficial sobre as culturas marginalizadas, só replicam o preconceito e discriminação contra os estilos musicais e manifestações da cultura corporal mais apreciadas em contextos periféricos.

O funk que conhecemos aqui no Brasil se origina no movimento negro, nas periferias, e isso é fortemente retratado em músicas mais antigas. Em tal conjuntura, seria esse um dos motivos para o preconceito persistir tão fortemente?

Esse estilo musical se originou nos Estados Unidos tendo como público o povo negro, pois surge com letras abordando relacionamentos, poder aquisitivo, amor e outros temas recorrentes das comunidades. O funk ganha evidência em uma época muito importante para o país, quando se tinha a segregação racial e, por isso, os locais dos bailes tinham enquanto cantores(as) pessoas negras, tal qual o público participante. Ademais, com suas letras, essa manifestação cultural se mostrava resistência à opressão que a população preta sofria com o racismo estrutural. Ao chegar ao Brasil, na década de 1970, esse ritmo musical produz protagonismo a cantores como Tim Maia, Gerson King e Tony Tornado, com letras que retratavam o cotidiano da população negra e periférica (Machado, 2023).

Com público majoritariamente preto, o funk se torna constantemente alvo de racismo, tanto em sua forma de expressão quanto na maneira como é visto socialmente. Para compreender essa relação, é necessário revisitar a construção histórica do conceito de “raça”. Munanga (2003) observa que, a partir do século XVI, a ideia de raça passou a ser utilizada como mecanismo para legitimar relações de poder, especialmente no contexto europeu, no qual a nobreza se identificava enquanto “raça pura”. Com o tempo, essa noção se fortaleceu como uma construção ideológica desprovida de fundamento biológico,

que estabelecia hierarquia racial colocando a branquitude enquanto superior e a negritude inferior.

Essa lógica racializada se manifesta no tratamento de expressões culturais de origem negra. O funk, nesse contexto, sofre com a criminalização e o preconceito, da mesma forma que ocorreu com outras manifestações culturais de matriz africana, como o samba, o maracatu e o baião (Gomes, 2023). Essa repressão não é novidade, pois já na década de 1970, durante a ditadura militar, o movimento “Black Rio” foi fortemente perseguido, pois incomodava os setores conservadores ao celebrar a identidade negra e promover encontros que não agradavam o Estado (Silva, 2023).

Diante disso, é preciso questionar: o funk é criminalizado por seu conteúdo ou por quem o produz? Seria o fato de o funk carregar elementos culturais africanos que incomoda sociedade moldada por valores eurocêtricos? Estaria a criminalização atrelada à ideia ainda persistente de que a cultura branca é mais legítima, mais limpa, mais aceitável? Sendo assim, apesar de ser ritmo musical com muitas marcas estadunidenses, foi fundado por meio das africanidades de nosso país, ampliando o preconceito sofrido pelos(as) seus(suas) percursos(as), visto que habitavam as favelas.

Ao estudarmos obras de Abdias Nascimento, entendemos como esse racismo é fruto de processo no Brasil que se origina desde a escravidão no País. O livro “*O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*”, publicado em 1978 e republicado em 2016, ainda consegue nos mostrar como nossa estrutura não mudou e continua sendo racista, mesmo após quase cinco décadas. Na obra, o autor traz elementos da cultura africana que ganharam espaço em território brasileiro e foram fortemente perseguidas no decorrer dos anos. Em primeiro momento, Abdias aponta as religiões brasileiras como foco do preconceito, mostrando como o Candomblé sofreu diversos tipos de repressão, inclusive, a policial. Por existir certa hierarquia no Brasil entre o branco e o negro, cria-se no País ideia de embranquecimento das culturas africanas, produzindo apagamento silencioso da negritude e cultura afro-brasileira.

Quando falamos de funk, não fica distante a ideia de Abdias em relação a esse estilo, pois essa manifestação cultural é sempre relacionada a violência e tráfico, o que faz a cultura negra e periférica ser vista como ameaça por parte da

sociedade - além disso, o funk tem sido embranquecido, e isso se reflete nos funks das paradas que tocam nas rádios e aplicativos, sem denúncia ou crítica à sociedade, abordando letras repetitivas apenas para viralizar nas redes sociais, não sendo alvo de críticas de população mais conservadora.

Ao longo das escolas por que passei enquanto estagiária, contatei professoras que enxergavam o funk de maneira negativa, especialmente quando a música denunciava problemas sociais. No entanto, muitas delas frequentavam festas nos fins de semana em que o ritmo musical estava presente, sem que isso lhes parecesse problema, pois seu único objetivo era dançar e cantar. Curiosamente, se um(a) educando(a) tivesse esse mesmo comportamento em sala de aula, logo era repreendido, pois “não era coisa de criança”. Esse preconceito contra o funk se torna ainda mais evidente quando observamos as músicas permitidas em apresentações escolares. Canções de artistas a exemplo de Ana Castela, que também contém insinuações sexuais, eram frequentemente utilizadas em eventos. Durante meus estágios, observei suas músicas sendo tocadas em apresentações e até em aula, sem o mesmo julgamento reservado ao funk produzido nas periferias.

Seria esse novo “funknejo⁶” mais um embranquecimento do funk no Brasil? Entre as principais diferenças com o funk “raiz” é que esse tem passe livre para ser ouvido nas escolas.

O funk não é modismo

O estilo musical funk chegou ao Brasil já criminalizado principalmente por conta de sua origem; no decorrer dos anos se popularizou em festas, bailes e teve outros ganhos: mulheres que agora cantam, a periferia ganhou voz, a favela pôde sonhar em ter luxos que só a classe dominante até então poderia ter. O grande desafio é confrontar as elites dirigentes, pois com a crescente onda de conservadorismo que o Brasil tem enfrentado desde 2016, movimentos e propostas de leis têm feito o funk voltar a ser tão criminalizado como foi há mais de 40 anos. Exemplo disso é a lei “Anti-Oruam”, argumentando que os recursos

⁶ Funknejo é a mistura de funk com sertanejo, criando músicas animadas e dançantes, mas sem profundidade, enfocando festas, amor e ostentação.

públicos não devem ser destinados a shows que “façam apologia ao crime, tráfico e violência”, aparato legislativo de autoria da vereadora Amanda Vetorazzo (União Brasil).

Atualmente, muitas crianças escutam Oruam até mesmo na escola, como visto por mim em visitas neste ano, o que mostra a força do funk e do trap⁷ na juventude. A implementação da Lei "Anti-Oruam" vai reforçar a criminalização da cultura negra e marginalizada, afastando ainda mais os(as) jovens desse contato, que ao invés de abrir espaço para o debate, continua impondo cultura eurocêntrica. Essa censura seletiva ignora que outros gêneros também falam de crime e violência sem sofrer repressão. Proibir artistas tal qual Oruam não impede que adolescentes escutem esses ritmos musicais, mas marginaliza sua representatividade e reforça a exclusão da periferia no cenário cultural.

Nesta conjuntura, aponto que a escola tem sido espaço de violência simbólica, como descrito por Pierre Bourdieu (2001), ao impor a cultura branca e eurocêntrica, desvalorizando as expressões culturais negras e periféricas. Isso se manifesta no currículo escolar, que ignora a história da África, marginaliza a cultura afro-brasileira e coloca modelo ideal de educação voltada à branquitude.

Essa realidade pode ser compreendida com as reflexões de Gomes (2012), principalmente quando a autora defende que a escola, ao passar pela globalização, assim como as esferas do capitalismo, impõe cultura e saberes eurocêntricos. Isso tornaria necessário reformular todo o currículo para quebrar a ideia de educação monocultural baseada apenas em costumes brancos. Abdias do Nascimento denuncia esse apagamento da cultura negra e imposição de costumes europeus como genocídio cultural. Assim, na instituição escolar, a marginalização da identidade negra força educandos(as) pretos(as) a se adaptarem a padrões que não os(as) representam, levando à perda de referências culturais.

Com a lei 10.639/03 temos tentativa de romper essa desvalorização da cultura negra, pois a legislação propõe o estudo da temática da história afro-brasileira. Contudo, a resistência à sua implementação revela como a violência simbólica ainda opera na escola. A cultura preta continua tratada como menos importante, já que manifestações culturais periféricas, como o funk, são

⁷ O trap, subgênero do rap, possui batidas pesadas e letras abordando favelas, dinheiro, sexo e ostentação.

criminalizadas e excluídas do ambiente escolar. Esse tratamento reflete o que Bourdieu (2001) chama de “reprodução das desigualdades”, pois o processo educativo continua reforçando a hierarquia racial e cultural em vez de promover a inclusão e o reconhecimento da diversidade.

O funk, por exemplo, é forma de resistência cultural da juventude negra e periférica, mas é constantemente reprimido no espaço escolar, assim como outras manifestações afro-brasileiras no passado, como o samba e a capoeira. Se a Lei 10.639/03 fosse realmente cumprida, o funk poderia ser abordado como um movimento artístico legítimo, abrindo espaço para debates sobre desigualdade, racismo e resistência, assim como afirma a autora Almeida (2022), que destaca a lei como aparato para se trabalhar o funk, principalmente entendendo o estilo como uma manifestação negra legítima. Além disso, a valorização da cultura preta ajudaria a combater o embranquecimento forçado que Abdias do Nascimento denuncia, permitindo educandos(as) negros(as) se reconhecerem na História, sentindo-se pertencentes ao ambiente escolar.

Vou buscar

No decorrer da licenciatura em Pedagogia, acabei dividindo minha formação em “dois blocos”: os dois primeiros anos, em que construí uma ideia, e a metade final do curso. Isso ocorreu porque os componentes curriculares a partir do 5º semestre me fizeram compreender o que seria a formação de pedagogos(as) segundo perspectiva descolonizada.

Esse pensamento que comecei a desenvolver me fez refletir sobre como muito do que se ensina na escola ainda é visão muito eurocêntrica e pouco pensada a partir dos saberes produzidos no Brasil, abordando a cultura brasileira na formação dos(as) futuros(as) docentes sob perspectiva de embranquecimento cultural, como descrito por Nascimento (2016). Estigmas ligados à branquitude devem ser rompidos na educação básica, como proposto por professores(as) do IFSP – campus Jacareí.

No 6º semestre, iniciei a disciplina de Fundamentos teóricos e práticos do Ensino-Aprendizagem de Educação Física. Ao começar o componente curricular, achei que seria mais voltado à vivência de brincadeiras e esportes convencionais, como observava nas escolas onde estudei e estagiei, pensando

no desenvolvimento físico e motor; ao contrário, o docente propôs estudarmos práticas corporais marginalizadas ou pouco valorizadas nas instituições escolares; assim, analisamos relatos de experiências produzidos por educadores(as) atuando em diferentes ciclos de escolarização. À vista disso, alguns grupos estudaram samba, funk, capoeira, futebol e meu grupo estudou a manifestação cultural do spinner.

Nesse contexto, com as apresentações, fui entendendo como importava essas práticas da cultura corporal serem levantadas e estudadas na escola, pois representavam parcela da sociedade ainda hoje muitas vezes oprimida.

Em um segundo momento na disciplina realizamos outra produção pensando nessas culturas como recurso didático a ser usado nas aulas. Dessa forma, meu grupo ficou com o tema do funk. No material *“Funk: expressão cultural e social nas periferias”*, conhecemos a história do funk, suas raízes no soul e rap, e como essa manifestação cultural foi criminalizada no contexto brasileiro. Também analisamos letras como “Rap da Felicidade” e “Som de Preto”, que mostram o funk como denúncia social e valorização da periferia.

No mesmo semestre ajudei novamente na produção de trabalho sobre essa prática corporal, exposto pelos corredores do IFSP, abordando principalmente o assassinato dos MCs, o nascimento de manifestação no Brasil e como a cultura funkeira foi e continua sendo silenciada na escola.

Essa produção acadêmica demandou muitas pesquisas, sendo que em cada uma delas fui me aprofundando cada vez mais no tema e vendo que enquanto era enxergado por muitas pessoas como estilo para dançar, ou despejar críticas, o funk era muito mais que isso, ou seja, poderia ser considerado forma de expressão para denunciar grandes problemas nas favelas ou, em outros casos, buscar a ascensão dentro das periferias espalhadas pelas cidades brasileiras.

Vida é ter uma Hyundai e uma Hornet?

Em atuação enquanto estagiária com turma de 4º ano do ensino fundamental em escola municipal comentei com um dos estudantes sobre motos, possibilitando que ele se sentisse à vontade para conversar, proferindo a seguinte frase: “Sabe Ana, quando eu tiver dinheiro vou comprar uma XJ6 ou

uma Hornet”. Esse educando era um dos que mais tinha contato com o funk, um daqueles que ouvia MC Marks e cantava nas aulas; aliás, o funkeiro versa sobre como era pobre e agora possui muitos bens por sua vida de artista.

*“O que era difícil de ter, hoje eu ganhei numa noite
Mostrei que a favela pode tá no topo
Nóis não tinha nada, nós veio do pouco, do pouco
É quase impossível de ter, mas nós trampou dia e noite
Deus me abençoou e mudou os meus planos
Me deu uma casa e um carro do ano, do ano”* (“Quem não conhece tá sem internet” – MC Marks, 2022)

Para Hall (2006) a identidade se torna cada vez mais móvel no cenário contemporâneo, pois não é mais única e imutável como no Iluminismo, sendo moldada a partir do que se vê e vive na sociedade. Os sistemas culturais que vivemos ditam e se relacionam com a identidade que construímos. Ao relacionar essa ideia do autor com o funk, entendemos que as identidades na escola também são moldadas, tanto pelo bairro que o(a) estudante vive ou a instituição escolar onde estuda. Portanto, buscar ascensão social se torna parte do processo educacional, pois o funk está presente na vida do(a) discente em diversos momentos.

Hall (2006) ainda argumenta que a cultura e identidade são construídas dentro de discursos. Assim, ao falarmos de funk ostentação vemos como essa manifestação desempenha papel importante naquilo que os(as) estudantes constroem em suas falas, pois a narrativa de “vencer na vida” cria na juventude a cultura de buscar meios para conquistar bens. Para além disso, o estilo funk ainda faz os(as) jovens se afirmarem em sociedade da qual também fazem parte (Dayrell, 2002).

Portanto, entendo como o funk desempenha papel importante na construção de identidade dos(as) educandos(as) em ambientes educacionais, como escolas e universidades. Até gênero desse estilo musical criticado por muitos, o ostentação, vemos como as músicas denunciam as desigualdades. Os MCs falam sobre o desejo de conquistar bens materiais como forma de serem reconhecidos e respeitados pela sociedade. Isso deixa nítido o contraste entre as classes sociais e se conecta com as ideias de Bourdieu, que fala sobre como o dinheiro e os bens ajudam a definir os lugares que as pessoas ocupam na

sociedade. Pensando nisso, estudos como o de Pies (2011) abordam mais sobre o pensamento de Bourdieu em relação ao capital econômico e privilégios.

O capital econômico é uma categoria importante porque abre possibilidades para as pessoas participarem e se incluírem em diferentes ou determinados grupos e redes estabelecidas (Pies, 2011, pp. 24-25).

Apesar do esforço da classe periférica para se sentirem pertencentes, a classe dominante ainda encontra meios para invalidar sua cultura. Em 1996, o Mc Bob Rum lançava em música o “Rap do Silva” com a intenção de relatar a história de uma pessoa comum que vivia na periferia carioca, trabalhava, tinha família, mas o criticavam e julgavam por ser funkeiro. Em determinado momento da música ele afirma que “Silva” foi assassinado.

*Era trabalhador, pegava o trem lotado
Tinha boa vizinhança, era considerado
E todo mundo dizia que era um cara maneiro
Outros o criticavam porque ele era funkeiro
O funk não é modismo
É uma necessidade
É pra calar os gemidos que existem nessa cidade (“Rap do Silva”, MC Bob Rum – 1996, com disponibilidade no YouTube em 2019)*

Há 30 anos, o cantor já denunciava problemas e preconceitos com o funk na periferia, desafios que quem assumia essa identidade enfrentava, e mesmo após anos continua prevalecendo. Em entrevista ao podcast “PodPah” realizada em fevereiro de 2025, o funkeiro MC Hariel aborda sobre como o funk e os(as) funkeiros(as) têm sido silenciados(as) nas periferias pelos(as) deputados(as) e vereadores(as) do Brasil adentro, principalmente por essas pessoas denunciarem problemas nesses ambientes.

Infelizmente eles vão fazer isso contra qualquer um que fala da realidade de uma forma mais calorosa. Porque é a realidade, tá ligado? O mundo não é Nárnia (...). A música tem que ter coerência com a realidade”, disse ele. “Os moleques tão falando uma realidade que é operação policial, tiros, facção. Isso é a realidade. Os moleques vão mentir?”, questionou ele⁸.

⁸ Reportagem disponível em: <https://anovademocracia.com.br/mc-hariel-denuncia-censura-mcs/>

Na escola, esse silenciamento do funk também se reflete quando estudantes se identificam com essa manifestação cultural e acabam enfrentando preconceito ou têm suas experiências desconsideradas. Assim como o “Rap do Silva” denunciava há 30 anos e MC Hariel aponta hoje, a marginalização do funk, mais do que questão musical, é reflexo das desigualdades sociais que também se manifestam no ambiente escolar, no qual determinadas realidades são ignoradas ou tratadas superficialmente.

Só no caminho dos livros existe um caminho para ficarmos livres dos nossos algozes

Infelizmente a realidade

Que a cultura é negada aos nossos pra que nós continue sempre

Sangrando por aí

Roubando por aí

Matando por aí

Morrendo por aí

Mas 'to cansado Certo?

Aê

Pa' toda menorzada que 'tá vindo se espelhando

É desse jeito, então é melhor ir se qualificando

Um beat e uma letra tá na pista

Pra mostrar que decepção tem de monte

Mas vou falar o que é decepção real

Decepção é fome e barriga vazia

Refletem nas notas do histórico escolar

O aluno pensa só em melhorar um dia

Nota azul só de cem e as outras deixa pra lá (“Decepção”, Mc Hariel, 2022a)

O funk enquanto movimento importante para parte da juventude periférica fortalece-se como espaço de transgressão e pertencimento (Santiago, 2020) por meio de bailes e músicas. Portanto, esse movimento se consagra como fortepositor ao que a parcela conservadora da sociedade tem tentado impor ao País, tornando-se uma forma de expressar vivências boas, ruins ou com narrativa de almejar bens. Assim, jovens e estudantes aderem a esse estilo por fazer sentido para a identidade que está sendo construída, assim como eu.

A autora Lélia Gonzalez afirmava que as festas populares no Brasil vinham de um grande processo de mistura entre as culturas africanas e europeias - no entanto, aquelas advindas dos povos escravizados sofriam e sofrem mais repressão. Festividades como o carnaval, celebração pagã, passou por intenso processo no qual o catolicismo a incorporou em seu calendário.

Mesmo assim, a festa foi chegando à camada mais pobre, em que os(as) pretos(as) e pobres podiam cantar seus problemas e anseios (Gonzalez, 2024). Com o tempo, o carnaval e os blocos ganharam mais elementos brasileiros e africanos, frequentemente homenageando em suas celebrações deuses reconhecidos em diferentes países da África.

Um país marcado por um processo de escravização longo traz consigo também um povo que resistiu e resiste. O município de Jacareí – SP é marcado por diversas documentações acerca da escravização que a cidade presenciava no século XIX, sendo que hoje existe no território o livro “Abolicionismo”, de Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, escrito em 1890 e com edição comemorativa de 2023. O material documenta como a cidade contava com um movimento abolicionista que lutou ativamente contra a escravização tendo conquistado sua libertação antes mesmo da assinatura da Lei Áurea, em 18 de março de 1888 (Sampaio, 2023).

Esse dia foi marcado com festas, músicas e uma grande reunião dos povos até então escravizados, tendo sido comemorado no Largo da Liberdade em Jacareí (SP), no qual hoje se localiza a escola Barão de Jacareí, fato noticiado no jornal “A Redenção”, importante veículo da época. Esse movimento foi tão importante que a cidade recebeu uma arte em um de seus muros que retrata a força da luta abolicionista no município, marcado pela resistência, com a presença de mestres de capoeira, esportes, cultura imaterial e religiosidade de matrizes africanas.

O que se sabe sobre essa data envolve reunião com batuques, músicas e comemoração, o que não se afasta do que Lélia Gonzalez entende como manifestações africanas, pois a autora destaca que muitas celebrações que chegavam ao Brasil eram reelaboradas a partir da escravização no País.

Pensando nas festas e celebrações realizadas no Brasil sendo parte da cultura negra e, principalmente, que foram um marco na cidade de Jacareí como movimento que enfrentava a escravidão ocorrida, atualmente podemos ver o funk como parte de um novo movimento transgressor que tenta se consolidar desde o fim do século XX. Os bailes de rua, como afirma Santiago (2020), são a forma pela qual os(as) jovens da cultura negra e periférica compartilham seus problemas sobre trabalho, escola e faculdade, pois nesses ambientes, grandemente elitizados, inexistem aberturas para essa parcela da população

dialogar sobre seus desafios. Vale lembrar que os(as) jovens não são funkeiros(as) o dia todo, mas é no estilo que se sentem algo, falando sobre os desafios cotidianos (Dayrell, 2002).

Os bailes ainda hoje são criminalizados. Em Jacareí – SP se encontram diversas notícias, principalmente de dez anos para cá, apontando que as mortes e crimes ocorrem nesses lugares. Assim, no município os bailes funk ainda são fortemente associados ao crime e à violência pela mídia local. Essas matérias não abordam o contexto social dos territórios em que essas festas acontecem, mas sim reforçam o estereótipo de que o funk é perigoso, ignorando seu papel como manifestação cultural legítima e importante para a juventude periférica.

Destaque-se que além de a cidade contrapor-se fortemente à cultura do funk, faltam no território documentos e arquivos sobre essa manifestação, pois, após contato com o Arquivo Histórico da cidade, os(as) responsáveis do espaço afirmam não possuírem tal documentação.

Ademais, em abril de 2025 Jacareí se tornou mais um dos municípios a aderir à chamada Lei Anti-Oruam, como forma de silenciar o funk. Proposta pelo vereador Juex de Almeida (PL), essa medida vem sendo utilizada como ferramenta pelos setores mais conservadores da cidade, que enxergam o aparato legislativo como maneira de controlar festas e manifestações culturais⁹. Em publicações exageradas na rede social *Instagram*, percebe-se que muitos interpretam essa lei como um meio de “botar ordem” no município.

Nesse cenário, a licenciatura em Pedagogia do IFSP, situado justamente em Jacareí, cidade atualmente sob forte direção conservadora, deveria se colocar como espaço de resistência e valorização das culturas marginalizadas. Sendo um curso que se propõe a estudar as diversas culturas e africanidades que nos cercam, conforme a Lei 10.639/03, seria importante garantir que a formação dos(as) futuros(as) docentes graduados(as) na instituição buscasse formas de incluir o funk, o rap, o samba e outras expressões culturais periféricas de maneira transversal em suas disciplinas. Mais do que isso, é fundamental que a graduação acolha essas manifestações e compreenda seu papel na construção das identidades e vivências das juventudes periféricas, contribuindo para uma formação docente crítica.

⁹Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2025/04/06/o-que-a-lei-anti-oruam-significa-para-a-luta-de-classes/>

Considerações finais

*Vagabundo bom, não desanda, não
Mesmo que o mundão tenha a oferecer
Muita podridão e a ambição
Possam até tentar enganar você
Quero um foguetão e a família bem
Quero ver a Lua e a noite aproveitar
Tem mais cem milhão que quer isso também
Mostra quanto cê quer e vai lá buscar” (X6 - MC Hariel, 2022b)*

Para mim, este trabalho é uma carta aberta, no qual eu pude manifestar como a cultura do funk deve ser valorizada no âmbito educacional. O funk tem se tornado base para uma pesquisa que denuncia e destaca as desigualdades e contradições da sociedade brasileira, embora recentemente tenha passado por um processo, como diria Nascimento (2016), de embranquecimento como forma de esvaziar pautas e problemas. Mesmo assim, o ritmo musical tem tentado se consolidar e expor realidade marginalizada historicamente.

Apesar do preconceito e criminalização do funk que eu via com recorrência nos jornais, na escola por parte dos(as) educadores(as) e até mesmo na minha casa, é impossível falar que esse gênero não ajudou a construir e moldar identidades juvenis nos diversos ambientes em que tocava, e ainda sim com o passar dos anos tem servido como base para muitos(as) estudantes, principalmente aqueles(as) vindos(as) da periferia, que encontram nessa manifestação cultural algo para se identificar ou até mesmo querer continuar no caminho “certo”, assim como ocorreu comigo.

A escola que ignora o funk com sua potencialidade cultural de representação e identificação, não apenas reproduz a violência simbólica (Bourdieu, 2001) mas também falha em sua missão de formar cidadãos e cidadãs críticos(as) e conscientes. Cabe então às universidades que formam educadores(as) desempenhar o papel de fazer o funk ser enxergado muito mais do que como simples ritmo.

Como abordam Paulo Freire e Sérgio Guimarães (2011) em “Aprendendo com a própria história”, a verdadeira educação parte das experiências concretas dos sujeitos, respeitando suas trajetórias de vida e sua cultura. Ninguém aprende marginalizando sua história, muito pelo contrário, é no reencontro com seu passado, suas vivências e sua identidade que o(a) educando(a) se reconhece enquanto sujeito da transformação social.

Assim como defende Freire, penso que a escola precisa urgentemente aprender com a história dos(as) seus(suas) estudantes. E, para milhares de jovens periféricos como eu, o funk é parte fundamental dessa história. Consequentemente, é impossível pensar em educação libertadora em contextos periféricos sem reconhecer nas letras as narrativas que essa manifestação cultural carrega.

Referências

ALESSI, Gil. Do samba ao funk: o Brasil que reprime manifestações culturais de origem negra e periférica. **El País Brasil**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2019-12-07/do-samba-ao-funk-o-brasil-que-reprime-manifestacoes-culturais-de-origem-negra-e-periferica.html>. Acesso em: 4 abr. 2025.

ALMEIDA, Renata Prado de. **Pedagogia do funk**: escolarização, infância e escrituras. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRAGANÇA, Juliana da Silva. **“Porque o funk está preso na gaiola”**(?): A criminalização do funk carioca nas páginas do Jornal do Brasil (1990-1999). Seropédica, RJ, 165 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História (PPHR), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm. Acesso em: 07 set. 2026.

CONSTANTE, Robson da Silva.; SCHMIDT, Saraí Patrícia. Funk ostentação: do incentivo ao consumo de marcas de luxo às falsas promessas de inclusão e status social. **Revista Conhecimento Online**, v. 2, p. 26–36, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.25112/rco.v2i0.430>. Acesso em: 07 set. 2026.

DALESTE, Mc. **Angra dos Reis**. *YouTube*, 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vdW7UWOdQ7s&list=RDvdW7UWOdQ7s&start_radio=1. Acesso em: 07 set. 2026.

DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 117-136, jan./jun. 2002.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. GUIMARÃES, Sérgio. **Aprendendo com a própria história**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GOMES, Maíra Neiva. Funk e amefricanidade. **Njinga & Sepé**: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras São Francisco do Conde (BA), v. 3, n. 2, p. 165-177, 2023. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/1356>. Acesso em: 26 jun., 2025.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98–109, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Festas populares no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2024.
HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARIEL, Mc. **Decepção**. *YouTube*, 2022a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zS6fyT-Jjmo&list=RDzS6fyT-Jjmo&start_radio=1. Acesso em: 07 set. 2026.

HARIEL, Mc. **X6**. *YouTube*, 2022b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vjfB87h1_lk&list=RDvjfB87h1_lk&start_radio=1. Acesso em: 07 set. 2026.

LON, Mc. **Mundo M**. *YouTube*, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8iOSmfhOiko&list=RD8iOSmfhOiko&start_radio=1. Acesso em: 07 set. 2026.

MACHADO, Hugo Teixeira Carrião. “**Avisa que é o Funk**”: o discurso consciente de MC Hariel como proposta democrática. 2023. 78 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023. Disponível em: <https://monografias.ufop.br/handle/35400000/6332>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MARKS, Mc. **Quem não conhece tá sem internet**. *YouTube*, 2022. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=oc0wsia4b3E&list=RDoc0wsia4b3E&start_radio=1. Acesso em: 07 set. 2026.

MIRANDA, Michele. **Funk Delas**: a história contada pelas mulheres. 1. ed. São Paulo: Michele Miranda, 2024.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação** – PENESB-RJ, 2003.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

PIES, Neri Gervasio. **Capital cultural e educação em Bourdieu**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Passo Fundo, 2011.

RUM, Bob. **Rap do Silva**. *YouTube*, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vlZ9MGgC1NI&list=RDvlZ9MGgC1NI&start_radio=1. Acesso em: 07 set. 2026.

SAMPAIO, Antônio Gomes de Azevedo. **Abolicionismo**: a abolição em Jacaré. 2. ed. São Paulo: Camila Marques, 2023.

SANTIAGO, Luiz Paulo Ferreira. A potencialidade transgressora da estética funkeira. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 28.10.2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-potencialidade-transgressora-da-estetica-funkeira/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SILVA, Kamila Dinucci Correia. Quando os passos movimentam a diáspora: o movimento Black Rio e o legado político-cultural do black soul (1970–1980). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 15, n. 30, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2177-6644.20230007>. Acesso em: 4 jun. 2025.

Editor(a) responsável: Magda Floriana Damiani

Recebido em: 10/10/25
Aceito em: 08/09/26

Ana Flávia Pereira Cesário

Licencianda em Pedagogia do Instituto Federal de São Paulo – campus Jacareí

 anaflaviapereirac025@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/7597723985059909>

 <http://orcid.org/0000-0003-0003-0567>

Daniel Teixeira Maldonado

Doutor em Educação Física. Docente de Educação Física do Instituto Federal de São Paulo – campus Jacareí

 danielteimaldonado@yahoo.com.br

 <http://lattes.cnpq.br/5911977104843227>

 <http://orcid.org/0000-0002-0420-6490>